Termos da cedência da Estalagem S. Miguel

Artigo 1.º

Regras Utilização

1. A Estalagem S. Miguel, sita no Parque de la Salette, e propriedade do município, será utilizada prioritariamente para a realização das atividades programadas, apoiadas ou patrocinadas/financiadas pelo Município de Oliveira de Azeméis.

2. Pode ainda ser utilizada para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante locação ou comodato nos termos das presentes normas de funcionamento.

Artigo 2.º

Modalidades da cedência

1. A Estalagem S. Miguel pode ser cedida gratuitamente (comodato) ou mediante pagamento do preço constante do Anexo I (locação), por decisão do Presidente da Câmara ou Vereador com competência subdelegada,

2. As entidades ou utentes autorizados nos termos dos números anteriores não podem ceder a sua posição a terceiros.

3. A infração ao disposto na parte final do número anterior implica o cancelamento imediato da cedência.

4. A locação e comodato do equipamento implicam a observância de todas as normas de boa conduta e à reparação do Município de Oliveira de Azeméis de todos os prejuízos causados nas instalações ou nos equipamentos que lhe venham, eventualmente a ser cedidos.

Artigo 3.º

Requerimento

1. Para efeitos de planeamento da utilização da Estalagem, devem as entidades que o pretendam utilizar, fazer o pedido de cedência, mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, por escrito, até 15 dias antes do início de cada utilização mas nunca superior a 60 dias.

2. O requerimento deve incluir:

- a. Identificação detalhada da pessoa responsável pelo pedido, comprovada com cópia de BI ou CC;
- b. Indicação pormenorizada das zonas do equipamento a utilizar;
- c. Uso pretendido;
- d. Período / data / hora da utilização;
- e. Indicação dos dias e períodos necessários à preparação do espaço;
- f. Previsão da quantidade de público atingido;
- g. Exposição dos factos em que se baseia o pedido de cedência, apresentando memória descritiva do espetáculo/atividade a realizar, para aferição do interesse público e consequente dispensa de pagamento da taxa de locação, nos termos do nº 2 do art. 7.º;

3. No âmbito dos poderes delegados, o Presidente da Câmara ou Vereador com competência subdelegada poderá indeferir os pedidos de cedência das instalações, designadamente nos seguintes casos:

- a. Impossibilidade de conciliação com outros pedidos efetuados;
- b. Claro risco para a segurança dos utentes ou para a conservação das instalações e equipamentos;
- c. Inadequação da atividade às características da sala, nomeadamente exercício de atividades lucrativas de restauração e bebidas;
- d. Realização de atividades que possam pôr em causa o bom-nome do Município e a honra dos seus munícipes ou das quais não resultem benefícios para a comunidade;
- e. Impossibilidade de garantia de meios e condições necessárias à prestação de um serviço de qualidade.
- f. Outras situações ponderadas e fundamentadas;

Artigo 4º

Ordem de prioridades da cedência da Estalagem

1. As atividades promovidas, de acordo com a programação, apoiadas ou patrocinadas/financiadas pelo Município de Oliveira de Azeméis, têm prevalência sobre outras utilizações.

2. Serão considerados outros pedidos de utilização das instalações de acordo com a seguinte ordem de preferência:

- a. Entidades do Município de Oliveira de Azeméis:
 - i. Iniciativas das escolas e coletividades (Associações e Fundações sem fins lucrativos);
 - ii. Iniciativas das Freguesias;
 - iii. Iniciativas de agentes económicos e particulares;
- b. Entidades externas ao Município.

3. Em situação de pedidos de locação para atividades da mesma natureza e para datas coincidentes, em que não seja possível chegar a um consenso, prevalece aquele que primeiro tiver dado entrada no Município de Oliveira de Azeméis.

Artigo 5º

Comunicação e condições da cedência

1. A cedência da utilização da Estalagem S. Miguel é comunicada por escrito aos interessados, com a indicação das condições, no prazo máximo de 8 dias antes da data da cedência.

2. É da inteira responsabilidade das entidades às quais foi cedida a estalagem:

- a. Pagamento das taxas devidas à Sociedade Portuguesa de Autores;
- b. O licenciamento dos espetáculos e demais obrigações decorrentes da criação e exibição de espetáculos, nomeadamente das que resultam do Código de Direitos de Autor.

- c. A contratação de seguros de responsabilidade civil para os utilizadores do espaço durante o período da locação;

Artigo 6º

Cancelamento da cedência

A cedência será cancelada quando se verificarem as seguintes situações:

- a. Não pagamento das taxas devidas;
- b. Utilização para fins diversos daqueles para que foi cedida;
- c. Utilização por entidades ou utilizadores estranhos aos que foram autorizados.

Artigo 7º

Preço de locação

1. A cedência onerosa das instalações está sujeita ao pagamento do preço constante no ANEXO I.
2. O montante devido deverá ser pago mediante guias emitidas pelo serviço competente até ao dia útil imediatamente anterior à data da cedência, sob pena de não realização da atividade requerida.
3. Em casos fortuitos ou de força maior, em que se verifique a impossibilidade de fazer o pagamento nos termos referidos no número anterior e não se justifique o cancelamento do espetáculo, será o requerente notificado para proceder ao pagamento voluntário do preço acrescida de juros de mora à taxa legal em vigor no prazo de 30 dias, sob pena de incorrer em processo de execução fiscal.
4. Nos casos em que a entidade a quem foi cedida a instalação pretenda interromper a sua utilização, deverá comunicá-lo por escrito ao Município, com cinco dias de antecedência, sob pena de continuar a ser devido a respetivo pagamento.

Artigo 8º

Acesso às instalações pelo público

1. Só é permitida a entrada na sala ao público que tiver por objetivo assistir ou participar nas atividades promovidas quer pelo Município quer pelas entidades requerentes equipamento.
2. É vedado o acesso à sala:
 - a. A pessoas em estado de embriaguez ou outro estado suscetível de provocar desordens;
 - b. A animais
3. O Município de Oliveira de Azeméis reserva-se ainda o direito de impedir o acesso ou permanência a indivíduos cujo comportamento possa perturbar o normal funcionamento das atividades em curso, designadamente:
 - a. Recusa do pagamento dos serviços utilizados
 - b. Comportamento desadequado, suscetível de provocar distúrbios ou a prática de atos de violência.

Artigo 9º

Utilização da Estalagem S. Miguel pelas entidades autorizadas

1. Não é permitido aos utilizadores ou intervenientes em espetáculos ou outras iniciativas, a modificação ou utilização dos espaços para outros fins que não aquele para o qual foram destinados.
2. Qualquer outra utilização de determinado espaço deverá ser sempre objeto de apreciação pelo Presidente da Câmara ou Vereador com competência subdelegada.
3. A afixação de quaisquer materiais promocionais, cartazes, fotografias, ou outros, a instalação de mesas de apoio/receção e outros serviços durante a realização de congressos, conferências, simpósios ou encontros bem como a utilização no decorrer dos espetáculos de qualquer tipo de fogo, esferovites, confeitos ou outros materiais, pelas entidades organizadoras, está dependente da autorização prévia do Presidente da Câmara ou Vereador com competência subdelegada, cujo pedido deverá ser feito após o conhecimento do diferimento da locação até ao dia útil imediatamente anterior à realização da atividade requerida.
4. As autorizações previstas nos números 2 e 3 do presente artigo estão condicionadas pela ocupação e arranjo do espaço, bem como pela segurança e livre circulação das pessoas.

Artigo 10.º

Responsabilidade pela utilização das Instalações quando cedidas

1. As entidades autorizadas a utilizar a Estalagem S. Miguel são responsáveis pelas atividades desenvolvidas e pelos danos que causarem, nomeadamente por terceiros, durante o período de utilização.
2. Os danos causados durante o exercício das atividades implicarão sempre a reposição dos bens danificados no seu estado inicial ou no pagamento do valor dos prejuízos causados.
3. O Município de Oliveira de Azeméis não se responsabiliza por qualquer dano, furto ou desaparecimento e material deixado no espaço a Estalagem S. Miguel que seja propriedade da entidade a quem o mesmo se encontra locado.
4. Para garantir o integral cumprimento, as entidades requerentes deverão apresentar cheque caução, no valor de 500,00€, que será devolvido 3 dias após a realização do evento.

Anexo I – Preço da Locação

Entidades requerentes	Fins	Preço dia
Empresas, instituições particulares e particulares de Oliveira de Azeméis	Promoção de produtos e atividades económicas	100,00€
Empresas, instituições particulares e particulares de outros concelhos		200,00€
Empresas, instituições particulares e particulares	Eventos com caráter lúdico, cultural e recreativo (c/ lotação de +100pessoas) – Passagem de ano, carnaval, festas temáticas	500,00€